

Plenário recusa autorização para processo contra Temer e Júlio Delgado rebate placar



Em seu quinto mandato, o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) assumiu a Liderança da Legenda na Câmara com o compromisso de resgatar a unidade da bancada

Rhafael Padilha

O Plenário da Câmara dos Deputados recusou, na quarta-feira (26), a autorização para o Supremo Tribunal Federal processar, por crime comum, o presidente da República, Michel Temer, e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral).

O líder do PSB, deputado Júlio Delgado (MG), lamentou o resultado, mas ressaltou que o Governo Temer segue enfraquecido após os números finais da votação. “Não tem voto para aprovar a Reforma da Previdência.”

Com 251 votos a 233, o Plenário aprovou o relatório da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), de autoria do deputado Bonifácio de Andrada

(PSDB-MG). O pedido de autorização será arquivado. Houve duas abstenções e 25 deputados não compareceram. “Isso não significa que perdemos a guerra, mas apenas esta batalha de hoje”, acrescentou Delgado.

Com isso, somente após Temer deixar o mandato é que ele responderá pelas acusações perante a primeira instância. Já os ministros também responderão pelas acusações quando deixarem seus cargos.

O caso envolve ainda outras pessoas que não têm foro privilegiado, como os ex-deputados federais Eduardo Cunha, Geddel Vieira Lima, Henrique Eduardo Alves e Rodrigo da Rocha Loures; além do empresário Joesley Batista e o executivo Ricardo Saud, ambos da J&F.

Parlamentar assume Liderança do PSB

Júlio Delgado assumiu a Liderança do PSB. Em seu quinto mandato, o parlamentar ocupa o cargo, conforme definiu, com compromisso partidário. “Fui indicado líder com o objetivo de resgatar a coerência da Legenda.”

Mineiro de Juiz de Fora, Júlio tem participado de importantes Comissões Legislativas: Constituição e Justiça, Trabalho, Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Defesa do Consumidor — e representado o Congresso Brasileiro em missões internacionais ligadas à preservação do meio ambiente, trabalho, processo legislativo e implantação do Parlatino.

Supersalários

Tadeu é eleito 3º vice-presidente de comissão que analisa teto remuneratório

2

Cultura da Paz

Keiko Ota discute papel da educação no incentivo à cultura da paz

3

Educação

Rafael Motta debate universalização de bibliotecas nas escolas

4

Supersalários

Socialista é escolhido vice-presidente de Comissão sobre teto de servidores

O deputado Tadeu Alencar (PSB-PE) foi eleito 3º vice-presidente da Comissão Especial que analisa o PL nº 6.726/16. De autoria do Senado Federal, o Projeto de Lei regulamenta, no âmbito da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a aplicação do limite remuneratório de agentes públicos, aposentados e pensionistas da União, estados, Distrito Federal e municípios.

O projeto dá efetividade ao limite de remuneração imposto pela Constituição. Ele estabelece que os rendimentos recebidos por qualquer servidor ativo ou aposentado não po-

derão exceder o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atualmente de R\$ 33,7 mil.

O limite de rendimentos aplica-se ao somatório das verbas recebidas por uma mesma pessoa, ainda que provenham de mais de um cargo ou emprego, de mais de uma aposentadoria ou pensão, ou de qualquer combinação possível entre esses rendimentos, inclusive quando originados de fontes pagadoras distintas. No caso de rendimentos sujeitos a diferentes limites, sobre o somatório incidirá aquele de maior valor.

■ Gustavo Sousa com Senado Notícias



De autoria do Senado, projeto em análise efetiva o limite de remuneração imposto pela Constituição

Curtas



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisa o Projeto de Lei nº 1.732/15, do deputado Luciano Ducci (PSB-PR), que determina a instalação de postos de coleta de lixo eletrônico nas escolas. O parlamentar ressalta que a manufatura de produtos eletrônicos demanda grandes quantidades de recursos naturais e de energia. “O descarte inadequado de materiais dessa natureza representa constante ameaça de contaminação do solo e da água, com expressivos impactos ambientais”, avalia. Ainda segundo Ducci, a instalação de espaços de coleta nos centros de ensino públicos e privados resultará em grande influência sobre o comportamento geral da sociedade. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Educação.



A Comissão de Viação e Transportes debateu, na quarta-feira (25), o descumprimento de investimentos, metas e contrapartidas de concessionárias e prorrogações de contrato nas concessões ferroviárias. Autor do requerimento para o debate, o deputado Hugo Leal (PSB-RJ) afirmou que o interesse público deve ser prioridade na revisão das prorrogações antecipadas dessas concessões. Este ano, o Congresso Nacional aprovou Medida Provisória que permite a prorrogação antecipada por 30 anos das principais concessões ferroviárias brasileiras. Para realizar a prorrogação, cabe a Agência Nacional de Transportes Terrestres analisar se as empresas estão cumprindo com as regras dos contratos.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

Cultura da Paz

Papel da educação na cultura da paz é tema de seminário na Câmara

Moreno Nobre e Tatyana Vendramini

A Comissão Especial destinada a elaborar propostas legislativas e a promover a cultura da paz realizou, na terça-feira (24), na Câmara dos Deputados, seminário para tratar do papel da educação nesse processo.

Presidente do colegiado, Keiko Ota (SP) falou da importância do perdão e do incentivo às manifestações de amor, respeito, tolerância e de outras tantas virtudes que, segundo ela, devem ser cultivadas e estimuladas a partir da infância. “Acredito que a violência poderia ser reduzida com ações afirmativas na educação. Fica cada vez mais claro que a escola é o ambiente certo para construir uma nova realidade e para a formação de pessoas de bem”, defendeu.

A socialista contou um pouco de sua história ao lembrar do filho Ives Ota que, em 1997, com apenas oito anos, foi sequestrado e morto por um dos funcionários da empresa da família. Desde então, Keiko atua no combate a todas as formas de violência e no apoio àqueles que também enfrentaram esse tipo de situação.

Presente no seminário, o representante do Ministério da Educação, Francisco Marques, apresentou o Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diver-



Deputada Keiko Ota defende a promoção e o incentivo da cultura da paz nas escolas de todo o País

sidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos. O programa federal segue, segundo Marques, a mesma linha do proposto pela deputada Keiko Ota.

Lançado em novembro de 2016, o pacto tem como objetivo transformar as universidades brasileiras em exemplos de ambientes para a superação da violência e da intolerância, do preconceito e da discriminação. “Esse tema perpassa toda a sociedade brasileira. A própria Constituição traz esse preceito, que também está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional de Educação ao tratarem da tolerân-

cia e do respeito”, lembrou o representante do Ministério.

“Não é possível uma cultura da paz sem uma nova educação”, enfatizou o reitor da Universidade Internacional da Paz, Roberto Crema. Para ele, é preciso trabalhar pelo compromisso com o que chamou de educação transdisciplinar holística.

Também participaram do evento o presidente da Associação Hibakusha Brasil pela Paz, Takashi Morita; os representantes da Associação das Vítimas de Bomba Atômica no Brasil, Kunihiko Bonkohara e Junko Watanabe.

PL garante o combate à violência e incentivo à paz nas escolas

Ainda na terça-feira, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei nº 5.826/16, que tem como objetivo garantir o combate a todas as formas de violência e a promoção da paz nas escolas.

De autoria da deputada socialista Keiko Ota, a matéria aprovada acrescenta incisos à Lei nº 9.394/96.

Na proposta, a parlamentar ressalta a relevância do tema ao lembrar da Lei 13.185/15, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying). “Essa lei não se restringe aos estabelecimentos escolares. No entanto, sabe-se que a prática da intimidação sistemática é particularmente evidente em estabelecimentos escolares, sejam públicos ou privados.”

Segundo Keiko, o PL tem a intenção de reforçar os termos da Lei 13.185 no âmbito especificamente escolar. “As escolas devem não apenas combater todas as formas de violência no seu interior, mas também promover ativamente a cultura de paz entre seus alunos, seus professores, seus funcionários, seu quadro dirigente e junto à comunidade escolar”, destacou.

Educação

Comissão debate universalização das bibliotecas no sistema de ensino

Andrea Leal

Durante audiência pública na Comissão de Educação, na terça-feira (24), especialistas concordaram que muito ainda precisa ser feito para que a Lei da Universalização das Bibliotecas (nº 12.244/2010) atinja seu objetivo. Pela Lei, as instituições públicas e privadas de todos os sistemas de ensino deverão ter bibliotecas com, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, até 2020.

Autor do requerimento que solicitou o debate, o deputado Rafael Motta (PSB-RN) acredita que a audiência contribuirá para comparar as estruturas das bibliotecas antes e depois da Lei de 2010. “Pelos segmentos da educação aqui ouvidos temos mais informações sobre a aplicação e eficácia da legislação” disse.

No ano em que foi aprovada a Lei, apenas 27% das escolas públicas contavam com uma biblioteca. Até 2016, esse percentual subiu ape-



Rafael foi autor de requerimento para o debate

nas 4%, pouco mudou também em relação à estrutura. Para o secretário de Coordenação Técnica da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Maurício Pereira, mesmo que o número de crescimento ainda seja tímido, o maior desafio ainda é fazer com

que os alunos se interessem pelos espaços de leitura. “Precisamos também de mais recursos da União para desenvolver a cultura da leitura”, acrescentou.

De acordo com os debatedores, são necessárias também políticas públicas de incentivo à leitura, além do investimento em pessoal. O coordenador-geral do Programas do Livro vinculado ao Ministério da Educação, Wilson Troque, informou que nos últimos seis anos foram investidos R\$ 840 milhões em livros para bibliotecas. “Mesmo com o investimento, 66% dos alunos ainda não frequentam as bibliotecas. Isso nos mostra que é preciso mudar a estratégia para despertar o interesse dos estudantes.”

Outro ponto levantado pelos especialistas presentes é a necessidade de priorizar as questões regionais ao escolher o acervo das bibliotecas. Em uma determinada região um livro pode despertar interesse dos alunos e em outra não.

Audiência Pública

Deputado George Hilton defende revisão da legislação de seguros

Moreno Nobre

A Comissão Especial de Seguros Privados, destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 3.139/15, que regula as operações de seguros, realizou, nesta terça-feira (24), a primeira audiência pública para debater o assunto. O deputado George Hilton (PSB-MG) foi um dos autores do requerimento para realização do debate, que contou com a presença de diversos especialistas do setor.

O PL em questão altera o Decreto-Lei nº 73/1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados. De acordo com a proposta, somente poderão operar em seguros privados sociedades anônimas ou cooperativas devidamente autorizadas pelo órgão su-

pervisor e fiscalizador do mercado de seguros.

Baseado em informações da Federação Internacional de Cooperativas e Mutualidades de Seguros, Hilton disse que a reação do mundo à questão das cooperativas de seguro parece ser um caminho que define uma nova ordem econômica, que tem conseguido superar crises enormes. “Vimos casos de países da Ásia que já tem na mutualidade uma grande alavanca do setor econômico e produtivo do País”, contou.

Segundo o parlamentar, a proposta tem o objetivo de criar reserva de mercado para que apenas as empresas possam operar o sistema de seguro, o que seria um retrocesso. “Precisamos rever a



George Hilton participa de audiência em colegiado

legislação de seguros no nosso País, que é de 1966. Não há o que falar, por exemplo, da eficiência e eficácia da gente adotar que a legislação de seguros no Brasil adote também as cooperativas de seguros e as mutualidades que se aplicam as associações”, disse.